

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL, DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO XXXXXXXXX.**

**1º Acordante: FULANO DE TAL, NACIONALIDADE**, menor impúbere, nascida em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXX, filha registral de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, CPF nº XXXXXXXX, **representada por sua genitora, FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO** nascida em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXX, filha de FULANO DE TAL, RG nº XXXXXX- SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX, ambas residentes e domiciliadas na XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX e XXXXXX, correio eletrônico: XXXXXX;

**2º Acordante: FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXX, filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXXX - SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefones: (XX) XXXXXX e XXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXXXXX; e

**3º Acordante: FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXX, filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXXX - SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefones: (XX) XXXXXX e XXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXXXXX;

vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da **Defensoria Pública do XXXXXXXX** (artigo 99 do CPC), apresentar o presente

**ACORDO DE NEGATÓRIA DE PATERNIDADE  
C/C INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE  
C/C EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS**

pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

**I - DOS FATOS:**

O 2º Acordante registrou a 1º Acordante como sua filha, pois na época de seu nascimento mantinha relacionamento de namoro com a genitora do menor.

O assento foi lavrado perante o Cartório do Xº Ofício de

Registro Civil, da localidade de XXXXXXXX, termo/matricula nº XXXXXXXXXXXX.

Eis que, por ocasião de rompimento do relacionamento amoroso havido entre a mãe do menor e o 2º Acordante, a genitora do infante manteve breve relacionamento com o 3º Acordante.

O 3º Acordante, após conhecer a criança, solicitou à sua genitora para que fosse feito exame de DNA eis que supôs que fosse o seu pai biológico.

O 2º e 3º Acordantes, então, realizaram exames de DNA, conforme laudos colacionados a esta inicial, cujos resultados foram os seguintes, *in verbis*:

*“... O que significa que o suposto pai, o Sr. **FULANO DE TAL** não é o pai biológico de **FULANO DE TAL**”....*

*“...Com base na transmissão dos alelos em 15 (quinze) loci independentes analisados está evidenciado que o suposto pai (SP) **FULANO DE TAL É PAI BIOLÓGICO** da filha **FULANO DE TAL**”...*

## **II - DA EXCLUSÃO DO NOME DO PAI/AVÓS PATERNOS:**

Acordam que deverá ser **excluído** do registro de nascimento da menor, ora 1ª Acordante, o nome do 2º Acordante, **FULANO DE TAL**, como seu pai; bem como o de seus avós paternos, **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**.

## **III - DA INCLUSÃO DO NOME DO PAI E AVÓS PATERNOS:**

Acordam que deverá ser incluído no registro de nascimento da menor, ora 1ª Acordante, o nome do 3º Acordante, **FULANO DE TAL**, como pai; bem como da avó paterna, qual seja, **FULANO DE TAL**.

---

#### **IV - DA ALTERAÇÃO DO NOME DO MENOR:**

Acordam que o nome do menor deverá ser alterado para **FULANO DE TAL**.

#### **V - DA GUARDA:**

Acordam que a guarda judicial da menor será deferida à mãe, **FULANO DE TAL**, que já possui a guarda fática desde o seu nascimento.

#### **VI - DO REGIME DE VISITAS:**

Acordam que o regime de convivência familiar do 3º Acordante em face da menor, ora 1º Acordante, se dará na modalidade livre.

Há que se destacar que não houve o advento do vínculo afetivo e familiar entre a 1ª e 2º Acordantes.

#### **VII - DA EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS:**

O 2º Acordante cumpre encargo alimentar em favor da 1ª Acordante no importe de 15% (quinze por cento) de seus rendimentos, conforme sentença judicial proferida nos autos do processo nº XXXXXXXXXX, de lavra desse Juízo.

O ente empregador do 2º Acordante é as XXXXXX, localizado no XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, que deverá ser oficiada acerca da exoneração de alimentos.

As questões de alimentos em favor da menor serão tratadas em ação autônoma, entre a infante, representada por sua genitora, e o 3º Acordante, pai biológico.

---

## **VIII - DO DIREITO:**

O direito de ver reconhecida a filiação biológica é albergado sem restrições pelo ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de direito indisponível.

A Constituição Federal dispõe no art. 227, § 6º:

“Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

O art. 1.606 e parágrafo único do Código Civil trata da imprescritibilidade da ação de reconhecimento de filiação.

Dessa forma é direito da 1ª Acordante em ver retificado o seu registro de nascimento.

Para a retificação de registro de nascimento é imprescindível a demonstração do vício de consentimento.

Restando demonstrado nos autos o vício de consentimento porque o pai registral foi induzido a erro, uma vez que foi levado a crer ser o pai biológico, e que não houve a formação da paternidade socioafetiva, haja vista a tenra idade da criança, afasta-se a paternidade, determinando-se a retificação do registro de nascimento.

Recurso não provido. Unânime.

(Acórdão nº 621512,  
20100810033148APC, Relator: OTÁVIO  
AUGUSTO, Revisor: MARIO-ZAM BELMIRO,

---

3ª Turma Cível, Data de Julgamento:  
13/09/2012, Publicado no DJE:  
16/10/2012. Pág.: 133)

**IX - DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requerem a Vossa Excelência:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
  - b) A homologação do presente acordo para negar a paternidade da menor FULANO DE TAL atribuída ao 2º Acordante, FULANO DE TAL, retirando o nome dos avós paternos e o patronímico do 2º Acordante, sendo declarada a paternidade com a consequente aposição dos nomes do pai, FULANO DE TAL, 3º Acordante; e da avó paterna, FULANO DE TAL, e do patronímico paterno, passando o menor a se chamar FULANO DE TAL, na forma dos itens II, III e IV desta Inicial;
  - c) A procedência do presente acordo para que seja determinada a guarda unilateral materna e a regulamentação de visitas paterna (3º Acordante) de forma livre, na forma dos itens V e VI desta inicial;
  - d) Com a homologação do presente acordo, que seja expedido mandado ao Cartório do Xº Ofício de Registro Civil, da localidade de XXXXXXXX, a fim de que se retire da Certidão de
-

Nascimento da 1ª Acordante o nome do 2º Acordante como pai e dos avós paternos, bem como seu patronímico; e que inclua o nome do 3º Acordante, dos pais deste e o patronímico, passando a menor a se chamar **FULANO DE TAL**;

- e) Seja oficiada as XXXXXXXX, localizada no XXXXXXXXXX, CP: XXXXXXXX, para que cesse os descontos da verba alimentar na folha de pagamento do 2º Acordante; e
- f) A intimação do ilustre Representante do Ministério Público para acompanhar o presente feito, na forma legal.

Protestam provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo exame de DNA, já realizado, em anexo.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXX reais).  
Nesses termos, pedem deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL** – menor impúbere  
1ª Acordante – representada por sua genitora **FULANO DE TAL**

---

**FULANO DE TAL**  
2º Acordante

---

**FULANO DE TAL**

---

3º Acordante

---

**FULANO DE TAL**  
Matrícula: XXXXXX

---

**FULANO DE TAL**  
Defensor Público do XXXXXX